

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/5419	7947/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Revisão Código de Ética, Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga

Considerando que:

- A Portaria n.º 38/2025/1, de 14 de fevereiro, veio suspender a entrada em vigor da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, que aprovou o modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção;
- No preâmbulo dessa mesma Portaria n.º 38/2025/1, de 14 de fevereiro, consta que “*Na Agenda Anticorrupção, aprovada pelo Conselho de Ministros em 20 de junho de 2024, prevê-se uma revisão do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro - atinente nomeadamente à redefinição da estrutura interna do MENAC -, no âmbito da qual poderá caber uma intervenção no referido artigo 13.º, n.º 2*.º*».



3. O Código de Ética, Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga, motivado na antevisão da obrigatoriedade da emissão da declaração de inexistência de conflitos de interesses, passou igualmente a prevê-la no seu artigo 17º, conforme se cita:

Artigo 17.º

(Conflito de interesses)

1. No exercício da sua atividade profissional no Município de Braga, os destinatários do presente Código devem atuar sempre em condições de plena independência e isenção, devendo para tal, além do referido no artigo anterior, evitar qualquer situação suscetível de originar, direta ou indiretamente, conflitos de interesses.

2. Sem prejuízo de outros casos especificamente previstos nos termos da lei, existe conflito de interesses sempre que os colaboradores tenham um interesse pessoal ou privado em determinada matéria que possa influenciar, o desempenho imparcial e objetivo das suas funções.

3. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, seja por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa, bem como para os seus parentes, afins, cônjuge ou qualquer pessoa com quem viva em economia comum, e ainda quando tenha havido intervenção no procedimento como perito ou mandatário ou hajam dado parecer sobre questão a resolver, sem prejuízo do disposto nos diplomas legais aplicáveis.

4. Sempre que os destinatários do presente Código, estejam perante uma situação passível de configurar um conflito de interesses, devem informar da sua existência e declarar-se impedidos ou pedir escusa nos termos legais, comprometendo-se a comunicar tal facto, de imediato, ao seu superior hierárquico, devendo preencher e assinar a Declaração de Impedimentos, constante do Anexo I (MOD-CMB.29.01) a este Código.

5. Os membros dos órgãos autárquicos e todos os titulares de cargos dirigentes do Município de Braga ficam obrigados a declarar a sua situação em matéria de incompatibilidades e impedimentos legalmente previstos, devendo preencher e assinar o Compromisso de Declaração de Impedimentos, constante do Anexo II (MODCMB. 29.02) a este Código, a renovar anualmente.

6. Sem prejuízo do disposto em outras normas legais, todos os destinatários do presente Código assinam o Compromisso de Declaração de Impedimentos, constante do Anexo I (MOD-CMB.29.02) a este Código, nos procedimentos em que intervenham respeitantes às seguintes matérias ou áreas de intervenção:

a) Contratação pública;



b) Concessão de subsídios, subvenções ou benefícios;

c) Licenciamentos urbanísticos, ambientais, comerciais e industriais;

d) Procedimentos sancionatórios;

e) Procedimentos concursais.

7. Os dirigentes que desempenhem cargos, como titulares de altos cargos públicos, estão obrigados a apresentar por via eletrónica, declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos, constante do Anexo III (MOD-CMB.29.03) ao presente Código, junto da entidade legalmente competente, nos termos previstos na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho.

8. O Município de Braga assegura a publicidade dos elementos relativos ao registo de interesses, nos termos dos artigos, n.º 3 do artigo 15.º e do artigo 17.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho.

9. A resolução de eventuais conflitos de interesses respeitará as disposições legais aplicáveis.

4. A interpretação literal do âmbito de aplicação da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto e, consequentemente, do Código de Ética e Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga, se mostra “*muito abrangente, tanto no plano subjetivo como objetivo, o que coloca dificuldades de aplicação, especialmente no que toca a entidades envolvidas num número significativo de procedimentos*”, como é o caso;

5. Por força desse circunstancialismo, e “*de modo a permitir uma adaptação das entidades envolvidas*”, bem como “*acautelar as legítimas expectativas das entidades abrangidas*”, se mostra necessário aligeirar e simplificar procedimentos, sendo, no entanto, ora imprevisível quais as alterações que serão implementadas a final,

Considerando, ainda,

6. Que o Código de Ética e Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga prevê no art. 36º que “*é revisto a cada 3 (três) anos ou sempre que se justifique, nos termos do estabelecido no n.º 4 do artigo 7.º do RGPC.*”



Mostra-se necessário e imprescindível a suspensão da aplicabilidade dos números 5 e 6 do Artigo 17º do Código de Ética e Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga.

Isto não obsta, naturalmente, ao cumprimento de outros diplomas legais que prevejam a emissão/subscrição de declarações análogas, designadamente o Código dos Contratos Públicos, ou, ainda, que a não subscrição dessa declaração isente os intervenientes no processo de decisão das responsabilidades que lhe são inerentes, designadamente daquelas que estão previstas do Código do Procedimento Administrativo.

Assim,

propõe-se que a Câmara Municipal delibere a suspensão da aplicabilidade dos números 5 e 6 do Artigo 17º do Código de Ética e Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga até publicação/entrada em vigor de nova legislação sobre a matéria.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Assunto: Revisão Código de Ética, Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga

Considerando que:

1. A Portaria n.º 38/2025/1, de 14 de fevereiro, veio suspender a entrada em vigor da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, que aprovou o modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção;
2. No preâmbulo dessa mesma Portaria n.º 38/2025/1, de 14 de fevereiro, consta que **"Na Agenda Anticorrupção, aprovada pelo Conselho de Ministros em 20 de junho de 2024, prevê-se uma revisão do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro - atinente nomeadamente à redefinição da estrutura interna do MENAC -, no âmbito da qual poderá caber uma intervenção no referido artigo 13.º, n.º 2."**
3. O Código de Ética, Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga, motivado na antevisão da obrigatoriedade da emissão da declaração de inexistência de conflitos de interesses, passou igualmente a prevê-la no seu artigo 17º, conforme se cita:

Artigo 17.º**(Conflito de interesses)**

1. No exercício da sua atividade profissional no Município de Braga, os destinatários do presente Código devem atuar sempre em condições de plena independência e isenção, devendo para tal, além do referido no artigo anterior, evitar qualquer situação suscetível de originar, direta ou indiretamente, conflitos de interesses.
2. Sem prejuízo de outros casos especificamente previstos nos termos da lei, existe conflito de interesses sempre que os colaboradores tenham um interesse pessoal ou privado em determinada matéria que possa influenciar, o desempenho imparcial e objetivo das suas funções.
3. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, seja por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa, bem como para os seus parentes, afins, cônjuge ou qualquer pessoa com quem viva em economia comum, e ainda quando tenha havido intervenção no procedimento como perito ou mandatário ou hajam dado parecer sobre questão a resolver, sem prejuízo do disposto nos diplomas legais aplicáveis.
4. Sempre que os destinatários do presente Código, estejam perante uma situação passível de configurar um conflito de interesses, devem informar da sua existência e declarar-se impedidos ou pedir escusa nos termos legais, comprometendo-se a comunicar tal facto, de imediato, ao seu superior hierárquico, devendo preencher e assinar a Declaração de Impedimentos, constante do Anexo I (MOD-CMB.29.01) a este Código.
5. Os membros dos órgãos autárquicos e todos os titulares de cargos dirigentes do Município de Braga ficam obrigados a declarar a sua situação em matéria de incompatibilidades e impedimentos legalmente previstos, devendo preencher e

assinar o Compromisso de Declaração de Impedimentos, constante do Anexo II (MODCMB. 29.02) a este Código, a renovar anualmente.

6. Sem prejuízo do disposto em outras normas legais, todos os destinatários do presente Código assinam o Compromisso de Declaração de Impedimentos, constante do Anexo II (MOD-CMB.29.02) a este Código, nos procedimentos em que intervenham respeitantes às seguintes matérias ou áreas de intervenção:

- a) Contratação pública;*
- b) Concessão de subsídios, subvenções ou benefícios;*
- c) Licenciamentos urbanísticos, ambientais, comerciais e industriais;*
- d) Procedimentos sancionatórios;*
- e) Procedimentos concursais.*

7. Os dirigentes que desempenhem cargos, como titulares de altos cargos públicos, estão obrigados a apresentar por via eletrónica, declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos, constante do Anexo III (MOD-CMB.29.03) ao presente Código, junto da entidade legalmente competente, nos termos previstos na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho.

8. O Município de Braga assegura a publicidade dos elementos relativos ao registo de interesses, nos termos dos artigos, n.º 3 do artigo 15.º e do artigo 17.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho.

9. A resolução de eventuais conflitos de interesses respeitará as disposições legais aplicáveis.

4. A interpretação literal do âmbito de aplicação da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto e, consequentemente, do Código de Ética e Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga, se mostra *“muito abrangente, tanto no plano subjetivo como objetivo, o que coloca dificuldades de aplicação, especialmente no que toca a entidades envolvidas num número significativo de procedimentos”*, como é o caso;
5. Por força desse circunstancialismo, e *“de modo a permitir uma adaptação das entidades envolvidas”*, bem como *“acautelar as legítimas expectativas das entidades abrangidas”*, se mostra necessário aligeirar e simplificar procedimentos, sendo, no entanto, ora imprevisível quais as alterações que serão implementadas a final,

Mostra-se necessário e imprescindível a suspensão da aplicabilidade dos números 5 e 6 do Artigo 17º do Código de Ética e Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga.

Isto não obsta, naturalmente, ao cumprimento de outros diplomas legais que prevejam a emissão/subscrição de declarações análogas, designadamente o Código dos Contratos Públicos, ou, ainda, que a não subscrição dessa declaração isente os intervenientes no processo de decisão das responsabilidades que lhe são inerentes, designadamente daquelas que estão previstas do Código do Procedimento Administrativo.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a suspensão da aplicabilidade dos números 5 e 6 do Artigo 17º do Código de Ética e Conduta e Combate ao Assédio no Município de Braga até publicação/entrada em vigor de nova legislação sobre a matéria.